



Bolsas Na terça-feira 2,17% São Paulo 0,55% Nova York	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias 110.405 / 109.764 1º/9 2º/9 5º/9 6º/9	Salário mínimo R\$ 1.212	Dólar Na terça-feira R\$ 5,238 (+ 1,63%)	Últimos 30/agosto 5,113 1º/setembro 5,238 2º/setembro 5,185 5/setembro 5,154	Euro Comercial, venda na terça-feira R\$ 5,187	Capital de giro Na terça-feira 6,76%	CDB Prefixado 30 dias (ao ano) 13,70%	Inflação IPCA do IBGE (em %) Março/2022 1,62 Abril/2022 1,06 Maio/2022 0,47 Junho/2022 0,67 Julho/2022 -0,68
---	--	---	---	---	--	--	---	---

ENFERMAGEM

Reajuste na tabela do SUS pode garantir piso

Desoneração da folha de pagamento do setor de saúde e compensação de dívidas de estados com a União também são estudadas

» MICHELLE PORTELA

Ganhou força a proposta de reajuste de valores da tabela de procedimentos do Sistema Único de Saúde (SUS) para financiar o piso salarial nacional da enfermagem, após a reunião, ontem, entre o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luís Roberto Barroso. A Lei nº 14.314/2022, que regulamenta o piso, foi suspensa no STF na última semana. Na reunião entre Pacheco e Barroso, foram colocadas três possibilidades: a correção da tabela do SUS; a desoneração da folha de pagamentos dos estabelecimentos de saúde; e a compensação da dívida dos estados com a União. Entretanto, Pacheco vê maior viabilidade em garantir o recurso via SUS.

“Acho que é o caminho mais viável, e espero muito a colaboração do Poder Executivo, a compreensão do dilema que estamos enfrentando. Passa a ser uma prioridade nacional e do Congresso fazer valer a lei do piso nacional da enfermagem”, explicou o presidente do Senado. Pacheco afirmou ter reuniões marcadas com integrantes do governo federal, mas busca uma agenda com o ministro da Economia, Paulo Guedes, e o ministro da Saúde, Marcelo Queiroga. “O dilema é como conciliar a lei com a questão fiscal dos municípios. Hospitais privados podem realizar isso de forma mais rápida com a desoneração da folha”, destacou o presidente do Senado.

A decisão do ministro Barroso determinou que, no prazo de 60 dias de suspensão da lei, os entes privados e públicos interessados na matéria prestem esclarecimentos sobre os impactos orçamentários do piso, bem como a necessidade de adoção de medidas que resolvam o problema, uma vez que entidades do setor de saúde alegam que o aumento de despesa pode acarretar redução de quadro de pessoal e eliminação de leitos hospitalares.

“Essa judicialização faz nascer um senso de urgência na solução da fonte do custeio para o piso nacional da enfermagem. Eu senti do ministro Barroso a absoluta disposição de dar solução ao problema. Espero que o processo de conciliação seja muito rápido. Há compromisso (do Congresso Nacional) de fazer prevalecer a lei que votamos”, destacou Pacheco.

Urgência

Ainda em maio, a Câmara dos Deputados aprovou tramitação em regime de urgência para o Projeto de Lei nº 1.272/22, das deputadas Carmen Zanotto (Cidadania-SC) e Soraya Manato (PTB-ES), que inclui as empresas do setor de saúde entre as beneficiárias da desoneração da folha de pagamentos (Lei 12.546/11). Àquela altura, a proposta já visava facilitar a implantação do piso da enfermagem. O relator da matéria, Pedro Westphalen (PP-RS), é favorável à medida, de acordo com o

Pedro Gontijo/Presidência do Senado



Rodrigo Pacheco (D) com o ministro Luís Roberto Barroso: solução passa por entendimento com a área econômica do governo

encaminhamento ao plenário. “A pactuação de um entendimento para viabilizar o pagamento do piso nacional da enfermagem se torna cada vez mais concreto. O caminho será a desoneração da folha de pagamentos do setor, a correção da tabela de procedimentos

do SUS, a destinação de royalties do petróleo e a compensação da dívida dos estados com a União. Assim, a viabilidade econômica já existe”, afirmou o presidente do Conselho Regional de Enfermagem do Distrito Federal, Elissandro Noronha.



Espero muito a colaboração do Poder Executivo. Passa a ser uma prioridade nacional e do Congresso fazer valer a lei do piso nacional da enfermagem”

Rodrigo Pacheco, presidente do Senado Federal

MERCADO FINANCEIRO

Alerta do BC derruba a Bolsa

» FERNANDA STRICKLAND

O mercado financeiro reagiu com nervosismo à sinalização do Banco Central de que deverá manter as taxas de juros elevadas por mais tempo do que o previsto por analistas — e de que uma nova alta neste mês não está descartada. O Ibovespa, principal indicador da Bolsa de Valores de São Paulo (B3), fechou ontem em queda de 2,17%, a maior desde 17 de junho.

Os investidores aceleraram as vendas de ações depois de declarações do presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, e do diretor de Política Monetária da instituição, Bruno Serra. Na noite da última segunda-feira, em evento com empresários, em São Paulo, Campos Neto, afirmou que “a batalha contra a inflação não está ganha”, e que “não é hora de baixar os juros”.

Ontem pela manhã, durante encontro virtual promovido pela Bradesco Asset Management, Serra reforçou que a autoridade monetária “não deve baixar a guarda, mas seguir vigilante”.

Questionado sobre um possível corte na taxa de juros no ano que vem, como vinha sendo previsto pelo mercado financeiro, o diretor disse que não há espaço para esse movimento, visto que “o próprio mercado vê a inflação acima da meta até 2024, o que é inconsistente com corte de juros”. “O BC tem que manter a postura bastante cautelosa nos próximos trimestres”, reiterou.

Além de afetar a bolsa, a fala criou forte pressão sobre o câmbio e as taxas de juros negociadas nas operações de troca de recursos entre bancos. A taxa do contrato de depósito interfinanceiro (DI) com vencimento em janeiro de 2023, por exemplo, passou de 13,71% para 13,74% ao ano. O DI para janeiro de 2024 subiu de 12,82% para 13,10%. O dólar avançou 1,63%, para R\$ 5,238 na venda.

Juros e eleição

As declarações dos dirigentes do BC também sugerem que, apesar da queda recente do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), não está descartada

Pablo Valadares/Câmara dos Deputados



Roberto Campos Neto esfiou o otimismo do mercado sobre queda de juros no próximo ano

uma nova elevação da taxa básica de juros, a Selic, na próxima reunião do comitê de Política Monetária (Copom), marcada para 20 e 21 de setembro. A possibilidade de uma alta “residual” da taxa, atualmente em 13,5% ao ano, foi mencionada no comunicado da última reunião do colegiado, em agosto.

Um movimento desse tipo, a cerca de 10 dias do primeiro turno da eleição presidencial, seria prejudicial à candidatura do presidente Jair Bolsonaro (PL). Por

essa razão, significaria uma prova de fogo para a independência do Banco Central, que desde o ano passado, tem autonomia legal para conduzir a política monetária. Segundo o economista Vinícius do Carmo, o BC, porém, “não deve e nem pode se preocupar com questões eleitorais”. A atuação do banco é orientada por metas claras, como o controle da inflação”, afirmou.

No discurso aos empresários, Campos Neto explicou

que a recente deflação observada no IPCA, que recuou 0,68% em julho, decorreu, em grande parte, de medidas típicas do governo, principalmente o corte dos impostos sobre combustíveis, cuja continuidade, no próximo ano, ainda não é uma certeza. “A gente ainda tem um elemento de preocupação grande (com a inflação). Vamos passar por três meses de deflação, muito provavelmente, mas a batalha não está ganha”, disse.

Perdas na poupança

» JOÃO GABRIEL FREITAS*

A caderneta da poupança, investimento mais tradicional do país, registrou recorde de saques em agosto. Os brasileiros sacaram R\$ 22,02 bilhões a mais do que depositaram na poupança, segundo o Banco Central (BC). É a maior diferença para um mês desde o início da série histórica, em 1995.

Em 2020, a poupança tinha apresentado saldo positivo recorde de R\$ 166,31 bilhões, marca alavancada pelo pagamento do auxílio emergencial, que foi depositado diretamente em contas poupança digitais da Caixa Econômica Federal.

No ano passado, a caderneta teve retirada de R\$ 35,5 bilhões, pressionada pelo fim do auxílio emergencial e pelos baixos rendimentos da aplicação.

Segundo o BC, nos 12 meses terminados em agosto, a aplicação rendeu 6,72%, abaixo da previsão de inflação no mesmo período (IPCA-15), que atingiu 9,6%.

*Estagiário sob a supervisão de Odail Figueiredo